



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
EUROPEU

# **Relatório sobre as contas anuais da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) relativas ao exercício de 2019**

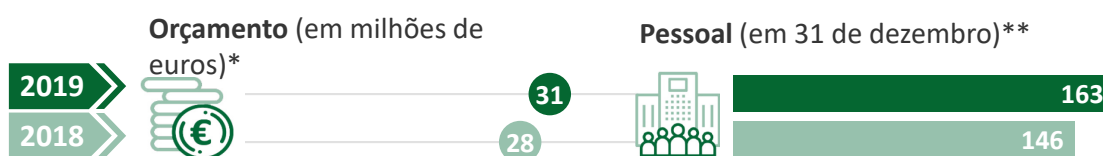
acompanhado da resposta da Autoridade

# Introdução

**01** A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (a seguir designada por "Autoridade" ou "EIOPA"), sediada em Frankfurt, foi criada pelo Regulamento (UE) nº 1094/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>1</sup>. São seus objetivos contribuir para o estabelecimento de normas e práticas comuns de regulamentação e de supervisão de elevada qualidade, contribuir para uma aplicação coerente dos atos juridicamente vinculativos da União, incentivar e facilitar a delegação de competências e responsabilidades entre autoridades competentes, acompanhar e avaliar a evolução dos mercados na sua esfera de competências e promover a proteção dos tomadores de seguros e dos membros e beneficiários de regimes de pensões.

**02** O **gráfico 1** apresenta dados fundamentais sobre a Autoridade<sup>2</sup>.

## Gráfico 1: Dados fundamentais sobre a Autoridade



\* Os dados relativos ao orçamento baseiam-se no total das dotações de pagamento disponíveis durante o exercício.

\*\* O pessoal inclui funcionários, agentes temporários e contratuais da UE, bem como peritos nacionais destacados, mas exclui trabalhadores temporários e consultores.

*Fonte:* Contas anuais consolidadas da União Europeia de 2018 e Contas anuais consolidadas provisórias da União Europeia de 2019; dados relativos ao pessoal fornecidos pela Autoridade.

## Informações em apoio das declarações de fiabilidade

**03** O método de auditoria adotado pelo Tribunal inclui procedimentos de auditoria analíticos, testes diretos das operações e uma avaliação dos controlos-chave dos sistemas de supervisão e de controlo da Autoridade, completados por provas

<sup>1</sup> JO L 331 de 15.12.2010, p. 48.

<sup>2</sup> Podem encontrar-se mais informações sobre as competências e atividades da Autoridade no seu sítio Internet: [www.eiopa.europa.eu](http://www.eiopa.europa.eu).

resultantes dos trabalhos de outros auditores e por uma análise das informações fornecidas pela gestão da Autoridade.

## Declaração de fiabilidade do Tribunal enviada ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Relatório do auditor independente

### Opinião

**04** A auditoria do Tribunal incidiu sobre:

- a) as contas da Autoridade, que são constituídas pelas demonstrações financeiras<sup>3</sup> e pelos relatórios de execução orçamental<sup>4</sup> relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019,
- b) a legalidade e regularidade das operações subjacentes a essas contas,

como exige o artigo 287º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

### Fiabilidade das contas

#### Opinião sobre a fiabilidade das contas

**05** Na opinião do Tribunal, as contas da Autoridade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refletem fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a sua situação financeira nessa data, bem como os resultados das suas operações, fluxos de caixa e variação da situação líquida do exercício então encerrado, em conformidade com as disposições do seu Regulamento Financeiro e as regras contabilísticas adotadas pelo contabilista da Comissão. Estas baseiam-se nas normas de contabilidade internacionalmente aceites para o setor público.

---

<sup>3</sup> As demonstrações financeiras incluem o balanço e a demonstração de resultados financeiros, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração da variação da situação líquida, bem como uma síntese das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

<sup>4</sup> Os relatórios de execução orçamental incluem os relatórios que agregam todas as operações orçamentais e as notas explicativas.

## Legalidade e regularidade das operações subjacentes às contas

### Receitas

#### Opinião sobre a legalidade e regularidade das receitas subjacentes às contas

**06** Na opinião do Tribunal, as receitas subjacentes às contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

### Pagamentos

#### Opinião sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos subjacentes às contas

**07** Na opinião do Tribunal, os pagamentos subjacentes às contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

## Elementos em que se baseiam as opiniões

**08** O Tribunal efetuou a sua auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria e os códigos deontológicos da IFAC e as Normas Internacionais das Instituições Superiores de Controlo da INTOSAI. As responsabilidades do Tribunal no âmbito dessas normas estão descritas com maior pormenor na secção "Responsabilidades do auditor" do presente relatório. Em conformidade com o código deontológico publicado pelo IESBA (*International Ethics Standards Board for Accountants* - Conselho internacional para as normas éticas de revisores/auditores) e com os requisitos éticos pertinentes para a auditoria, o Tribunal é independente e cumpriu as suas demais responsabilidades deontológicas de acordo com os referidos requisitos e o código do IESBA. O Tribunal considera que as provas de auditoria obtidas são suficientes e adequadas para fundamentar a sua opinião.

## Competências da gestão e dos responsáveis pela governação

**09** Nos termos dos artigos 310º a 325º do TFUE e do Regulamento Financeiro da Autoridade, a gestão é responsável pela elaboração e apresentação das contas, baseadas nas normas de contabilidade internacionalmente aceites para o setor público, e pela legalidade e regularidade das operações subjacentes. Compete-lhe

conceber, executar e manter controlos internos relevantes para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, devidas a fraudes ou erros. A gestão é igualmente responsável por garantir que as atividades, as operações financeiras e as informações refletidas nas demonstrações financeiras estão em conformidade com os requisitos oficiais que regulam essas demonstrações. Cabe em última instância à gestão da Autoridade a responsabilidade pela legalidade e regularidade das operações subjacentes às suas contas.

**10** Na elaboração das contas, a gestão é responsável por avaliar a capacidade da Autoridade de prosseguir as suas atividades, devendo divulgar, se for caso disso, eventuais questões que afetem a sua continuidade e utilizando o princípio contabilístico da continuidade, a menos que a gestão pretenda liquidar a entidade ou cessar as suas atividades, ou não tenha outra alternativa realista senão fazê-lo.

**11** Cabe aos responsáveis pela governação a supervisão do processo de relato financeiro da Autoridade.

### **Responsabilidades do auditor relativamente à auditoria das contas e das operações subjacentes**

**12** O Tribunal tem por objetivo obter uma garantia razoável de que as contas da Autoridade estão isentas de distorções materiais e de que as operações subjacentes são legais e regulares, além de, com base na sua auditoria, enviar ao Parlamento Europeu e ao Conselho ou outras autoridades de quitação respetivas declarações sobre a fiabilidade das contas da Autoridade, bem como a legalidade e regularidade das operações subjacentes. Uma garantia razoável é um elevado grau de garantia, mas não assegura que a auditoria irá sempre detetar eventuais distorções materiais ou incumprimentos. Estes podem resultar de fraudes ou de erros e são considerados materiais se, individualmente ou agregados, for razoável esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas contas.

**13** Relativamente às receitas, o Tribunal verifica os subsídios concedidos pela Comissão ou pelos países cooperantes e avalia os procedimentos da Autoridade para cobrança de taxas e outras receitas, caso existam.

**14** No que se refere às despesas, o Tribunal examina as operações de pagamento quando as despesas foram efetuadas, registadas e aceites. Este exame abrange todas as categorias de pagamentos (incluindo os referentes à aquisição de ativos) salvo os adiantamentos no momento em que são efetuados. Os adiantamentos são examinados quando o destinatário dos fundos apresenta um justificativo da sua devida utilização e a Autoridade aceita esse justificativo,

procedendo ao apuramento do adiantamento, quer no mesmo exercício quer posteriormente.

**15** Em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria e as Normas Internacionais das Instituições Superiores de Controlo da INTOSAI, os auditores do Tribunal exercem juízo profissional e mantêm ceticismo profissional durante a auditoria. O Tribunal também:

- identifica e avalia os riscos de distorções materiais das contas e de incumprimento material das operações subjacentes dos requisitos do quadro jurídico da União Europeia, devidos a fraude ou erro, concebe e realiza procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtém provas de auditoria suficientes e adequadas para fundamentar as suas opiniões. O risco de não detetar distorções materiais ou incumprimentos de origem fraudulenta é maior do que o risco resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, deturpações ou omissões dos controlos internos;
- obtém conhecimento dos controlos internos pertinentes para a auditoria, tendo em vista conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não para formular uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos;
- avalia a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das informações relacionadas divulgadas pela gestão;
- conclui se a utilização, pela gestão, do princípio contabilístico da continuidade foi adequada e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Autoridade para prosseguir as suas atividades. Se o Tribunal concluir que existe uma incerteza material, deve chamar a atenção no relatório de auditoria para as respetivas informações divulgadas nas contas ou, se essas informações não forem adequadas, deve modificar a sua opinião. As conclusões do Tribunal baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do relatório do auditor. No entanto, acontecimentos ou condições que se possam verificar no futuro podem fazer com que uma entidade não prossiga as suas atividades;
- avalia a apresentação, estrutura e conteúdo global das contas, incluindo as informações divulgadas, e se as contas representam as operações subjacentes e os acontecimentos de uma forma adequada;
- obtém provas de auditoria suficientes e adequadas sobre as informações financeiras da Autoridade para expressar uma opinião sobre as contas e as operações que lhes estão subjacentes. O Tribunal é responsável pela

condução, supervisão e execução da auditoria, sendo o responsável exclusivo pela sua opinião de auditoria;

- o tem em consideração o trabalho de auditoria realizado pelo auditor externo independente sobre as contas da Autoridade, como estipulado no artigo 70º, nº 6, do Regulamento Financeiro da UE, quando aplicável.

O Tribunal estabelece comunicação com a gestão sobre, entre outros aspetos, o âmbito e o calendário previstos da auditoria, bem como sobre constatações de auditoria importantes, incluindo quaisquer deficiências significativas nos controlos internos que possa detetar durante a sua auditoria. Das questões que foram comunicadas à Autoridade, o Tribunal determina as que se revestem de maior importância na auditoria das contas do período corrente e que são, por isso, as principais questões de auditoria. Descreve-as no seu relatório de auditoria, salvo se a legislação ou regulamentação se opuser a uma divulgação ao público sobre a matéria ou se, em circunstâncias extremamente raras, o Tribunal determinar que uma questão não deve ser comunicada no relatório porque seria razoável esperar que as consequências negativas de o fazer seriam muito maiores do que os benefícios dessa comunicação em termos de interesse público.

**16** As observações que se seguem não colocam em questão a opinião do Tribunal.

## Observações sobre a gestão orçamental

**17** O orçamento da EIOPA inclui contribuições da Comissão Europeia e das autoridades nacionais competentes (ANC) dos membros da EFTA. Os documentos do orçamento de 2019 não descrevem plenamente a forma como foram calculadas as contribuições da UE e das ANC dos membros da EFTA. Em 2019, as ANC contribuíram com 1 500 000 euros para a parte das pensões a pagar pelo empregador (a EIOPA). Este montante baseou-se em valores estimados. As contribuições das ANC nunca foram ajustadas para corresponder aos valores reais das contribuições para as pensões (1 261 081 euros) pagas pelo empregador (EIOPA). Também não foram apresentados elementos de prova de que tinham sido elaborados planos para proceder a esse ajustamento.

**18** Em 2019, o montante das contribuições das ANC e da UE foi reduzido em 172 939 euros, o que deveu ao facto de, em 2017, a EIOPA ter um excedente orçamental. Em 2017, a UE cobriu 37,16% das contribuições e as ANC 62,84%. A mesma proporção foi utilizada em 2019. Porém, o excedente de 2017 foi dividido de forma diferente, com um rácio de 40% para 60%. Em consequência, as ANC pagaram mais 4 911 euros do que deviam e a UE pagou menos 4 911 euros.

## Seguimento das observações dos anos anteriores

**19** O *anexo* apresenta uma síntese das medidas tomadas em resposta às observações do Tribunal relativas aos anos anteriores.

O presente relatório foi adotado pela Câmara IV, presidida por Alex Brenninkmeijer, Membro do Tribunal de Contas, no Luxemburgo em 22 de setembro de 2020.

*Pelo Tribunal de Contas*



Klaus-Heiner Lehne  
*Presidente*



## Anexo - Seguimento das observações dos anos anteriores

Ano	Observações do Tribunal	Medidas tomadas em resposta às observações do Tribunal (Concluída / Em curso / Pendente / N/A)
2017	A Autoridade publica anúncios de vaga de lugar no seu próprio sítio Internet e nas redes sociais, mas não no sítio Internet do Serviço Europeu de Seleção do Pessoal (EPSO).	<b>Concluída</b>
2018	Os trabalhadores temporários devem usufruir das mesmas condições de trabalho que o pessoal contratado diretamente pela empresa utilizadora. A Autoridade deve analisar as condições de trabalho dos seus trabalhadores temporários e garantir que estão em conformidade com o direito do trabalho europeu e nacional.	<i>O TCE regista a existência de um processo pendente no TJUE, abordando várias questões relativas à aplicação da Diretiva 2008/104/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa ao trabalho temporário nas agências da UE. Uma vez que a resposta a estas questões pelo TJUE pode ter um impacto na posição do TCE no que diz respeito à utilização de trabalhadores temporários pela Autoridade, o TCE abstém-se de proceder ao seguimento das observações de anos anteriores sobre esta matéria até que o TJUE tenha proferido a sua decisão nesse processo.</i>

Ano	Observações do Tribunal	Medidas tomadas em resposta às observações do Tribunal (Concluída / Em curso / Pendente / N/A)
2018	Num procedimento de contratação para a disponibilização de trabalhadores temporários, a EIOPA aplicou critérios de adjudicação essencialmente constituídos por elementos de preço não competitivos. Não existem provas de que o procedimento de contratação tenha conduzido à adjudicação do contrato com a melhor relação custo-benefício. A Autoridade deve utilizar critérios de adjudicação centrados nos elementos de preço competitivos.	N/A

## Resposta da Agência

**17** O Regulamento que institui a EIOPA (artigo 62.º) estabelece a chave de repartição de financiamento entre a União Europeia (UE) e as contribuições das autoridades nacionais competentes (ANC). A repartição entre as ANC é calculada com base numa ponderação. As contribuições da EFTA são calculadas em complemento dos cálculos das ANC de acordo com um fator de ponderação. Os cálculos relativos às contribuições para o regime de pensões representam uma percentagem dos salários previstos. A repartição entre as ANC e os países da EFTA é calculada com base num fator de ponderação. Os métodos para o cálculo exato das contribuições são explicados na ordem de cobrança enviada por carta às ANC e aos países da EFTA.

Os valores efetivos das pensões são conhecidos apenas em dezembro e o tempo restante até ao final do exercício não é suficiente para preparar uma alteração<sup>1</sup> orçamental.

A EIOPA incluirá uma explicação sucinta mais detalhada sobre os métodos de cálculo aplicados às contribuições da UE, das ANC e dos países da EFTA em futuros DOCUP.

**18** O regulamento que institui a EIOPA estabelece a chave de repartição de financiamento entre a UE (40 %) e as ANC (60 %). Tendo em conta que o financiamento das ANC a partir da contribuição dos empregadores para o regime de pensões da UE (60 %) entra no orçamento da EIOPA, conforme determinado pelos Estatuto dos Funcionários, a proporção da UE (40 %) não figura no orçamento da EIOPA. Isso dilui a chave de repartição de financiamento, fazendo com que a percentagem total do montante recuperado às ANC tenha sido superior à da UE em 2017 e 2019. A EIOPA reembolsou integralmente o excedente orçamental de 2017 à UE. A UE

---

<sup>1</sup> Nota da DG BUDG Ares(2016)2772696

devolveu esse valor à EIOPA em 2019 e aplicou a chave de repartição de financiamento originalmente definida de 40/60 para a redistribuição dos montantes pela UE e as ANC. Isso criou o ligeiro desequilíbrio apontado pelo Tribunal. A observação do TCE não significa que tenha havido violação de disposições legais, sugerindo antes que deveria ter sido aplicada uma abordagem ligeiramente diferente.

## **DIREITOS DE AUTOR**

© União Europeia, 2020.

A política de reutilização do Tribunal de Contas Europeu (TCE) é aplicada pela [Decisão nº 6-2019 do Tribunal de Contas Europeu](#) relativa à política de dados abertos e à reutilização de documentos.

Salvo indicação em contrário (por exemplo, em declarações de direitos de autor individuais), o conteúdo do TCE que é propriedade da UE está coberto pela licença [Creative Commons Attribution 4.0 International \(CC BY 4.0\)](#). Nos termos da mesma, é permitida a reutilização desde que sejam indicados os créditos adequados e as alterações. Esta reutilização não pode distorcer o significado original ou a mensagem dos documentos. O TCE não é responsável por quaisquer consequências da reutilização.

É necessário salvaguardar o respeito por direitos adicionais se um conteúdo específico representar pessoas singulares identificáveis, por exemplo, imagens do pessoal do TCE, ou incluir obras de terceiros. Se for obtida uma autorização, esta anula a autorização geral acima referida e deve indicar claramente quaisquer restrições aplicáveis à sua utilização.

Para utilizar ou reproduzir conteúdos que não sejam propriedade da UE, pode ser necessário pedir autorização diretamente aos titulares dos direitos de autor.

O *software* ou os documentos abrangidos por direitos de propriedade industrial, nomeadamente patentes, marcas, desenhos e modelos registados, logótipos e nomes, estão excluídos da política de reutilização do TCE, não sendo permitido reutilizá-los.

O conjunto de sítios Internet institucionais da União Europeia, no domínio europa.eu, disponibiliza ligações a sítios de terceiros. Uma vez que o TCE não controla esses sítios, recomenda que se consultem as respetivas políticas em matéria de proteção da privacidade e direitos de autor.

### **Utilização do logótipo do Tribunal de Contas Europeu**

O logótipo do Tribunal de Contas Europeu não pode ser utilizado sem o seu consentimento prévio.